


DA HISTÓRIA AO CONTEXTO: HISTORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL E EM GOIÁS, EDUCAÇÃO FORMAL E INFORMAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

GIVE HISTORY TO CONTEXT: EDUCATIONAL HISTORY IN BRAZIL AND IN GOIÁS, FORMAL AND INFORMAL EDUCATION AND REGIONAL DEVELOPMENT

DE LA HISTORIA AL CONTEXTO: HISTORICIZACIÓN DE LA EDUCACIÓN EN BRASIL Y GOIÁS, EDUCACIÓN FORMAL E INFORMAL Y DESARROLLO REGIONAL

 <https://doi.org/10.56238/arev7n11-179>

Data de submissão: 13/10/2025

Data de publicação: 13/11/2025

Geralda Alves de Souza

Graduada em História

Instituição: Faculdade de Ciências e Letras de Porangatu-(FECELP)

E-mail: geralda.nte@gmail.com

Marcelo Máximo Purificação

Pós-Doutor em Educação

Instituição: Universidade de Coimbra

E-mail: marcelo.ueg@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4788-016X>

Marina de Fátima Araújo

Mestranda em Desenvolvimento Regional

Instituição: (UNIALFA)

E-mail: marina_certinha@hotmail.com

Nadia Bigarella

Pós-Doutora em Educação

Instituição: Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT)

E-mail: 4561@ucdb.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5759-5947>

RESUMO

Este artigo propõe uma análise histórica e contextualizada empreendida sobre a intersecção entre educação e desenvolvimento regional. Considera-se a educação não apenas como um instrumento formal de aprendizado, mas também como uma ferramenta de aprendizagem informal, apresentando um breve panorama desse processo no Brasil, com ênfase em Goiás. O estudo explora detalhes sistemáticos do contexto educacional, incluindo as políticas específicas e regulamentos vigentes na área. Desde tempos imemoriais, a atividade humana tem sido indissociável da educação, que se manifesta na troca de saberes entre indivíduos. A educação consiste, essencialmente, nos ensinamentos e aprendizagens que homens e mulheres compartilham ao longo de suas vidas. A partir de 1930, o Brasil passou por transformações significativas em sua estrutura educacional, impulsionadas por reformas que visavam aprimorá-la. O desenvolvimento regional está intrinsecamente ligado à educação; sua efetivação é imprescindível para alcançar metas sociais, econômicas e culturais, além de atender às demandas específicas das políticas públicas governamentais. O presente estudo tem como objetivo compreender e contribuir com estudos, definições e abordagens que relacionem educação e

desenvolvimento ou progresso de uma população, abarcando diversas tipificações. Para fundamentar a análise, foram consultados diversos autores e documentos oficiais, destacando-se nomes como Anízio Teixeira, Flávio Barbosa Moreira, Vera Maria Candau, Tarcisio Juarez Dayrell, Moacir Gadotti, Sérgio de Sousa Montalvão, José Carlos Libâneo e Maria da Glória Gohn, que compuseram o referencial teórico, permitindo uma compreensão aprofundada a partir da análise de suas contribuições e ideias.

Palavra-chave: Educação. Desenvolvimento Regional. Educação Escolar. Educação Formal. Educação Informal.

ABSTRACT

This article proposes a historical and contextualized analysis of the intersection between education and regional development. Education is considered not only as a formal learning instrument, but also as a tool for informal learning, presenting a brief overview of this process in Brazil, with an emphasis on Goiás. The study explores systematic details of the educational context, including the specific policies and regulations in force in the area. Since time immemorial, human activity has been inseparable from education, which manifests itself in the exchange of knowledge between individuals. Education consists essentially of the teachings and learning that men and women share throughout their lives. Since 1930, Brazil has undergone significant transformations in its educational structure, driven by reforms that aimed to improve it. Regional development is intrinsically linked to education; its implementation is essential to achieve social, economic and cultural goals, in addition to meeting the specific demands of government public policies. This study aims to understand and contribute to studies, definitions and approaches that relate education to the development or progress of a population, covering various typifications. To support the analysis, several authors and official documents were consulted, including names such as Anízio Teixeira, Flávio Barbosa Moreira, Vera Maria Candau, Tarcisio Juarez Dayrell, Moacir Gadotti, Sérgio de Sousa Montalvão, José Carlos Libâneo and Maria da Glória Gohn, who composed the theoretical framework, allowing for an in-depth understanding based on the analysis of their contributions and ideas.

Keywords: Education. Regional Development. School Education. Formal Education. Informal Education.

RESUMEN

Este artículo propone un análisis histórico y contextualizado sobre la intersección entre educación y desarrollo regional. Se considera la educación no sólo como un instrumento de aprendizaje formal, sino también como una herramienta de aprendizaje informal, presentando un breve panorama de este proceso en Brasil, con énfasis en Goiás. El estudio explora detalles sistemáticos del contexto educativo, incluidas las políticas y regulaciones específicas vigentes en el área. Desde tiempos inmemoriales, la actividad humana ha sido inseparable de la educación, que se manifiesta en el intercambio de conocimientos entre individuos. La educación consiste esencialmente en las enseñanzas y aprendizajes que hombres y mujeres comparten a lo largo de su vida. A partir de 1930, Brasil experimentó importantes transformaciones en su estructura educativa, impulsadas por reformas destinadas a mejorarla. El desarrollo regional está intrínsecamente vinculado a la educación; Su implementación es esencial para alcanzar objetivos sociales, económicos y culturales, además de atender las demandas específicas de las políticas públicas gubernamentales. El presente estudio tiene como objetivo comprender y contribuir a los estudios, definiciones y enfoques que relacionan la educación y el desarrollo o progreso de una población, abarcando diferentes tipificaciones. Para sustentar el análisis, se consultaron varios autores y documentos oficiales, destacándose nombres como Anízio Teixeira, Flávio Barbosa Moreira, Vera Maria Candau, Tarcisio Juarez Dayrell, Moacir Gadotti, Sérgio de Sousa

Montalvão, José Carlos Libâneo y Maria da Glória Gohn, quienes compusieron el marco teórico, permitiendo una comprensión profunda a partir del análisis de sus aportes e ideas.

Palabras clave: Educación. Desarrollo Regional. Educación Escolar. Educación Formal. Educación Informal.

1 INTRODUÇÃO

Educação escolar, antes e agora, repensar e apontar é uma tarefa contínua de pais, alunos, professores e todos que usufruem dos benefícios estabelecidos e configurados pelo processo educacional proposto aos seres humanos, sua história e todo contexto circunstancial. Este estudo trata de uma abordagem sobre questões educacionais, com apontamentos que perpassam e analisam a história da educação escolar, no mundo, no Brasil e em Goiás, a partir da perspectiva do desenvolvimento regional. Dessa maneira, pergunta-se: Quais caminhos percorremos? Quais pessoas, simples ou não participaram? Quais propostas foram pensadas? E os investimentos, avanços, recomeços e acima de tudo, que educação fizemos, no Brasil e em Goiás a partir de 1930, ao longo desse período, no campo educacional e de desenvolvimento regional.

Percebe-se que a educação nacional e goiana fora reestruturadas, sistematizadas e passa a desenvolver em espaços próprios para esse fim, chamado sala de aula e escolas, com cronograma, horários e protocolos pré-definidos, e chamamos de educação formal. Os ensinamentos apreendidos ou práticas educacionais, que ocorrem sem sistematização e de forma espontânea, com ou sem professor, sem certificação, diploma ou qualquer outra especificação titular, e que permite o aprendiz lograr êxito na vida, inclusive com sucesso expressivo, são definidos como educação ou aprendizagem informal. É uma parada para refletir sobre o nosso passado, que infelizmente a histórica nos contempla práticas e vivências que, por anos serviu de palco e suporte para experiências dominadoras e excludentes, praticadas por civilizações, que antecederam os dias atuais.

O que saber e entender sobre a educação brasileira e goiana, com base no desenrolar das ações praticadas e implementadas, tendo por base as referências históricas da educação escolar, a partir da década de 1930 e as etapas de conquistas e avanços legais, baseadas nas legislações como a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, regulamentada pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e, ainda a Lei Complementar nº 26, de 28 de dezembro de 1998, que regulamenta e estabelece as diretrizes e as bases do sistema educativo no Estado de Goiás, a partir de 1998.

Nessa perspectiva, a educação de Goiás possui um planejamento e sistema de monitoramento e avaliação estabelecidos pelo Plano Estadual de Educação, com proposituras decenais. Atualmente esse plano abarca o período de 2015 a 2025.

Nesse processo de estudo e análise, foi contemplado também a educação formal ou escolar que acontece nos espaços escolares, e deve ser entendida como um grande conjunto de conceitos, procedimentos, finalidades ou metas, currículo e diagnósticos, que aliados a concepções e práticas sistematizadas e bem fundamentadas, geram o trabalho e educação escolar, destinada ao

desenvolvimento de pessoas tão diversas, que estruturam a sociedade e são os indivíduos chamados alunos.

A educação ou aprendizagem informal se configura a partir dos referenciais da educação formal e não formal. É interessante ater-se a algumas questões sobre esse assunto e indagar como se processa essa modalidade educacional? Ao responder esse questionamento, pode-se dizer que acontece diferente da educação formal, onde a relação professor aluno se dá com definições de papéis bem estabelecidos. O professor é o agente principal e direcionador do processo de aprendizagem. É o responsável, a autoridade, que planeja, executa e avalia o aluno, que fica à mercê dos rigores ou intensões pré-estabelecidas. Professor e aluno se conectam, porém nessa dimensão ou proposta.

Na educação informal, o processo se dá com o aluno sendo a figura ou condutor central do processo. Este planeja, envolve e realiza o percurso da aprendizagem, que ocorre até sem o professor, ou seja, o aluno é o ator principal. O que pode ser entendido ou até mesmo destacar sobre a educação e o desenvolvimento de um povo ou uma comunidade? Essa curiosidade ou mesmo situação tão elementar da vida humana é conduzido aqui como forma de elucidação de valores e interpretações óbvias, pois se trata de palcos em os mesmos atores estão em cena, atuando e experimentando as experiências de sucesso ou não, que são implementadas pelas políticas públicas locais e nacionais. Então, é a partir desses princípios que esta análise e estudo foram feitos, considerando referenciais teóricos interessantes, em que os autores trataram da temática ou afins com lucidez, expressividade e criticidade. Os documentos oficiais foram úteis e serviram de base analítica e dados complementares para compor esse artigo, que se apresenta bem articulado e de fácil interpretação sobre os assunto e questões elencadas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 HISTORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR

Em tempos remotos os objetivos da educação, eram preparar o cidadão somente enquanto pessoa. Os ensinamentos das ciências e artes formavam as pessoas para serem livres perante a vida, a família e sua condição no mundo. Não preparava esses indivíduos para o trabalho ou uma profissão. Somente os filhos das famílias mais favorecidas estudavam. Os empobrecidos ou escravos não estudavam, apenas aprendiam trabalhar com seus familiares.

A primeira instituição que poderíamos nomear de escola, local específico para a educação, só foi aparecer nas cortes dos primeiros estados da Mesopotâmia e do vale do Nilo até chegar na Grécia e em Roma. Na verdade, é no interior das famílias eminentes que nascem as primeiras escolas públicas, ou seja, abertas aos jovens de várias famílias que se interessavam, cada vez mais, pela vida pública e se caracterizam por esse conteúdo específico.

[...]

Naquela época, a escola, qualquer que fosse o aspecto e conteúdo que assumisse, era lugar de formação dos filhos das classes dominantes e as classes subalternas eram excluídas desse processo de escolarização. As crianças e jovens pertencentes à classe trabalhadora recebiam outra formação, porém em espaços não tão estabelecidos como a escola. (PORTO, 2015, p, 455)

Infelizmente, ainda é possível verificar, situações de exclusão de direitos e barbárie escolar, dos nossos antepassados, que infelizmente a histórica nos contempla práticas e vivências que, por anos serviu de suporte e experiências dominadoras e excludentes praticadas por civilizações, que antecederam os dias atuais. “7 % da população brasileira não alfabetizada” (IBGE, 2022).

Para chegarmos ao que entendemos hoje como escolarização voltemos um pouquinho lá atrás, no processo histórico da humanidade, quando podemos entender que a pedagogia nasce dos entendimentos religiosos da igreja católica, aliados aos interesses do Estado governante.

Desde os primórdios do cristianismo, por toda a Idade Média, até chegarmos ao Iluminismo, não se concebia a educação como dissociada da evangelização e da catequese. Esta foi a característica principal da educação medieval, atravessou o iluminismo, enfrentou todas as crises na relação Estado x Igreja e, na modernidade, impregnou e foi condição básica do ensino tradicional, mormente nos Estados Cristãos. (CASIMIRO, 2009, p. 1)

Nesse contexto, inicialmente a igreja se incumbia dos seus ofícios, dentre eles a catequese ou instrução religiosa. Por vez, a igreja católica, não em uma linha competitiva, porém precisava continuar forte, representativa e ter respaldo e reconhecimento político do Estado.

Quando essa situação oficializou, já em fins do século III, o Estado assegurou e que os moldes pedagógicos cristãos passassem a ser uma política de estado e atender, além das intenções religiosas, os ideais do poder político, de forma sistematizada e organizada.

Então, como qualquer outra pedagogia, desenvolveu uma organização pedagógica mais sofisticada do que era inicialmente, na qual, além de métodos e conteúdos catequéticos, se organizou, paralelamente, uma liturgia específica, instrumentos de controle, disciplinas e castigos. (CASIMIRO, 2009, p, 3)

No Brasil esse contexto se repetiu e é possível entender o início da escolarização brasileira, que também se dá com a catequese dos povos originários e depois com a ação do estado oficializando os parâmetros ou modelos a serem seguidos e desenvolvidas, de acordo com o desenvolvimento social, econômico e ideológico, a cada momento histórico.

A presença da Igreja Católica no Brasil colonial e a sua atuação catequético- evangelizadora e educacional não podem ser analisadas a não ser a partir de uma tríplice compreensão: primeiro, a partir da ideia de que tal instituição era detentora de uma ampla experiência evangelizadora

anterior, desde a Idade Média, inclusive nas cruzadas contra os muçulmanos; segundo, a partir da certeza da existência do Padroado Régio nas terras conquistadas e, terceiro, a partir da compreensão de que o Estado tinha mecanismos de controle sobre todo o organismo colonial, principalmente sobre a própria Igreja. (CASIMIRO, 2009, p. 6)

E ainda, como afirma Sampaio e et al, 2002: “Os jesuítas centraram o seu trabalho em um ponto considerado neutro: a educação. Isso porque a educação transmite um saber que é visto como sendo para o bem de todos”. Um outro momento muito substancial da história educacional é verificado com o período após a Revolução Industrial, no século XVIII, quando ocorre mudanças estruturais bem significativas e a força do capitalismo arraigado e definidor do novo contexto mundial, brasileiro e goiano. O mundo passa a experimentar novos paradigmas estruturantes, resultando em novas definições no modo de vida das pessoas, quanto aos aspectos econômico, social, cultural, político e outros. A educação, a escola precisam ser revistas, reinterpretada, pois será um grande instrumento potencializador das capacidades humanas de produção e consumo. Isso significa, dar conta de mão de obra tecnicizada e qualificada para a produção e conseqüentemente, aquecer o consumo de bens produzidos.

Essa mudança quanto à função da escola na sociedade industrial ocorre uma vez que, com o surgimento da sociedade capitalista, a vida urbana e industrial se sobrepôs à rural e agrícola, tornando a cidade lugar comum a proprietários e não proprietários dos meios de produção, sendo necessária a “adequação” de todos aos novos modos de vida dessa sociedade. (PORTO, 2015, p. 456)

É um momento que se percebe a escola como um lugar ou espaço de todos os indivíduos e não apenas de uns em detrimento a outros.

Apenas com a Revolução Industrial, surge o fato verdadeiramente novo de estruturar-se também a formação do produtor como escola ou lugar dos jovens, de cuja organização se ocupam não mais determinadas de estruturar-se também a formação do produtor como ‘escola’ ou lugar dos jovens, de cuja organização se ocupam não mais determinadas classes, mas toda a sociedade civil, por meio do Estado. (MANACORDA, 2010, p. 132 apud PORTO, 2015 p. 456).

Mediante essa situação de mudanças, no que tange a dimensão da educação até então preconizada e, que a partir desse momento, inclui novos entendimentos ou perspectiva sobre a educação e escola, no pós-revolução industrial, é preciso fazer alguns questionamentos para entender essa propositura ou novos diálogos acerca dessa questão. Assim, considerando que dominantes e dominados estão agora na escola formalizada e sistematizada. Diante disso, o que foi levado em consideração? Será que os requisitos mínimos formativos do processo educacional, os parâmetros, currículos, conteúdos ministrados, metodologias e objetivos propostos aos estudantes foram os

mesmos adotados e ofertados a todos ou a educação técnica profissional ou preparatória de mão de obra era uma e a de formação intelectual outra?

Isso não significa que, a partir desse momento, burgueses e trabalhadores começaram a receber a mesma educação. Pelo contrário, a escola reproduz a luta de classes. Quer dizer apenas que os trabalhadores tiveram que começar a frequentar um local específico e formal para terem uma formação que lhes permitisse trabalhar nas fábricas e ser disciplinados.

Dessa forma, como não era mais possível restringir o acesso à educação escolar, negando o acesso ao conhecimento acumulado historicamente à classe trabalhadora, foi preciso dissimular essa educação a ponto de fingir que os saberes elaborados eram oferecidos a todos de forma igualitária. Entretanto, na prática, eram utilizadas várias estratégias para não ofertar aos trabalhadores uma educação que possibilitasse uma visão crítica da realidade e que desvelasse a sua condição de explorado.

Esse processo continua atualmente, e podemos pensar em vários exemplos desse processo lento e gradual de privação à educação de qualidade para a classe trabalhadora, como o sucateamento das escolas públicas, a desvalorização e precarização do trabalho docente, a implantação do currículo mínimo, a aplicação de avaliações meritocráticas, a política de aprovação automática, dentre tantas outras ações que, em vez de promoverem um aumento na qualidade de ensino, disfarçadamente têm o objetivo oposto. (PORTO, 2015, p, 457 e 458)

No Brasil, início do século XXI, quando foi criado os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e, dentre os vários objetivos, um dos principais e planejados, era o desenvolvimento regional, das cidades ou regiões brasileiras que os receberam. Além disso, o de potencializar e disseminar a oferta da educação profissional e técnica, em vários locais do país, inclusive, para as pessoas com dificuldade de ascensão ao mercado de trabalho formal. Assim, é possível identificar, que estudantes, que receberam muito bem a chegada dos IFs, para se qualificar, enquanto mão de obra técnica e possivelmente, assumir empregos e serem beneficiados pela educação profissional, quando estudavam nas extensões, fora dos Campus dos IFs, muitos não davam continuidade nos estudos superiores na instituição e davam continuidade em outros cursos e em outras instituições.

[...] portanto, da preocupação com o desenvolvimento regional, reduz, por vezes, a percepção acerca das novas instituições a escolas de ensino médio de excelente qualidade, que vêm no ingresso dos seus estudantes em outras instituições de ensino superior público, o seu sucesso institucional. Abrem mão, assim, de repensar a educação profissional e tecnológica e o próprio vínculo dos egressos com o território, para relacionar o sucesso profissional à entrada de seus egressos no ensino superior de outras instituições, no geral localizadas nos grandes centros urbanos. (POZZER e NEUHOLD, 2022, p, 16)

A história aponta que a educação é um grande desafio, mas é uma ferramenta social, econômica, política e humana, e cumpre um papel essencial na sociedade desde os antepassados, até os dias atuais em Goiás, Brasil e em todo o mundo.

3 HISTORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL E EM GOIÁS: ALGUNS ASPECTOS

Considerando o processo histórico da educação escolar, por volta de 1930, o Brasil experimentou mudanças econômicas, sociais, com o incremento da urbanização e as novas ideias que estavam movimentaram o país. Desse modo, foi necessário pensar a educação brasileira, com o intuito de inovar os propósitos, quanto ao preparo das pessoas para a nova realidade constatada, pelas mudanças e inovações. Nesse sentido a educação precisava dar conta de indivíduos que pensassem e agissem com autonomia para ser absolvido nos novos espaços de trabalho e atividades da indústria, comércio, tecnologia e outros segmentos que necessitava de mão de obra. “A escola que Anísio almejava deveria preparar indivíduos pensantes e autônomos, “em uma ordem social, intelectual e industrial eminentemente complexa e mutável” (TEIXEIRA, 1975, p, 36).

Nesse viés, alguns pensadores educacionais, como Anísio Teixeira propuseram paradigmas de educação inovador para o Brasil, aliado às necessidades e desenvolvimento humano. Nessa perspectiva entende que a escola precisa criar e oferecer atividades pedagógicas e lúdicas que desenvolvessem o aluno integralmente. As chamadas escolas construtivistas, com um olhar para a cultura e a sustentabilidade, sem perder o foco dos temas relevantes do país e oportunizar atividades que promovessem a integralidade do desenvolvimento do aluno.

Nesse momento, década de 1930, precisa destacar as reformas e mudanças ocorridas no setor educacional brasileiro que teve grandes significados e são referências até os tempos atuais, como a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública. As atividades ligadas ao esporte, educação e meio ambiente eram comandadas por esse Ministério. Só na década de 1990, que o Ministério da Educação passa a responsabilizar apenas pelas questões educacionais brasileiras “No início de 1999, o Ministério da Educação e do Desporto passou a ser denominado Ministério da Educação” (Ministério da Educação, 1999).

A educação brasileira foi pensada e repensada nesse período, como proposta de escola nova. Foi um momento decisivo por mudanças de paradigmas educacionais com movimentos sociais civis, intelectuais e políticos. Entre essas, verifica-se a reforma do ensino secundário e superior, é marcada pela “pela expansão e desenvolvimento do sistema escolar”. (MONTALVÃO, 2021 p,8) e começa ser planejada, na década de 1930, a reforma Francisco Campos e é definida na década de 1940, reforma Gustavo Capanema, que preceitua “melhorar e elevar o nível do curso”. (MONTALVÃO, 2021 p. 8). Nesse viés, o manifesto dos pioneiros da educação, foi um grande movimento intelectual, que propunha uma escola dinâmica, moderna, democrática de fato e produtora de conhecimentos diversos,

que dialogam com as diversas necessidades humanas. Este, esteve em sintonia com as movimentações ideológicas desse período. Como pode-se entender:

Os pioneiros apontaram questões ainda presentes na atualidade, tornando pública as deficiências internas do ensino brasileiro como: valorização e profissionalização da atividade educacional como papel político e social; necessidade de organizar e planejar a atividade educacional; necessidade de entender a educação no interior de uma sociedade complexa; Educação como atividade coletiva dos educadores; valorização da ciência como base da atividade educativa; definição dos níveis de ensino com tarefas específicas para a escola primária, secundária e superior, escola normal e profissionalizantes e a educação como instrumento de formação da cultura e da ciência (SILVA, 2011, p. 3).

Em Goiás, como esse processo educacional estava ocorrendo? No que tange à educação, não percebe notícia, ação ou mesmo situação diferente do restante do Brasil, prevalecendo o mesmo contexto aqui já descrito. É observado que foi dada atenção e cumprimento às reformas e legislação implementadas pelo governo federal, com adequações às necessidades do estado e municípios.

No âmbito da legislação, o sistema educacional fora regulamentado, em fevereiro de 1930, nos níveis primário, complementar e Normal. Com a instalação do governo intervencionista, somente os cursos Complementar e Normal sofreram, na esfera estadual, nova regulamentação. Afirmar isso significa dizer que, no que se referia ao ensino superior e ao secundário, caberia apenas a iniciativa de fazer cumprir as determinações traçadas pela Reforma Francisco Campos de 1931. (NEPOMUCENO e GUIMARÃES, 2006, p. 8)

Considerando esse momento, um fato relevante para a educação de Goiás e que merece destaque, devido ao nível de importância à época e posteriormente, até os dias atuais é a criação do Conselho de Educação, em 1931. Entre as atribuições estavam todas as funções consultivas, administrativas e deliberativas da educação de Goiás. Ao analisar a situação educacional goiana, nota-se que nessa época das décadas de 1930 e 1940, um alto índice de analfabetismo e poucos professores qualificados, inclusive o ensino primário, não era ofertado nos vários municípios goianos, devido à falta de professores. Diante disso, umas das medidas baseada nas reformas federais, aqui mencionadas, foi a disseminação de cursos profissionalizante normal, para a formação de professores.

A nova regulamentação do curso Normal sustentou-se nas seguintes justificativas: necessidade de formação de professores competentes para a difícil tarefa de alfabetização e de redução do baixo nível de ensino ministrado nas escolas. Em termos de política educacional, o alto índice de analfabetismo em Goiás justificava a necessidade de incentivar a formação urgente de professores. Nessa tarefa, o ensino Normal foi situado, no discurso oficial, como fundamental na redução desse índice. (NEPOMUCENO e GUIMARÃES, 2006, p. 10)

A educação rural, em Goiás na década de 1930, recebeu uma atenção especial e foi ampliada com a criação de escolas rurais. Considerando os objetivos dessa proposta, destaca-se o combate ao

êxodo rural, criando estratégias para que o homem do campo permaneça no campo e a política do governo Vargas, Marcha para o Oeste.

Apesar desse tipo de ensino propriamente dito ter sido implantando no Estado Novo, principalmente por meio da Lei Orgânica do Ensino Agrícola, a ideologia da ruralização da educação, como mecanismo renovador da sociedade, era bem anterior. A preocupação e a iniciativa, em termos de educação rural, nasceram quando nasceu a orientação governamental de conter o êxodo rural e fixar o homem no campo. A própria Constituição do Estado de Goiás, aprovada em 1935, estabelece, no seu artigo 109, que criaria escolas ambulantes para adultos analfabetos das zonas rurais. Essa ênfase dada, em Goiás, ao ensino na zona rural coincide com a preocupação dos educadores de todo o país. (NEPOMUCENO e GUIMARÃES, 2006, p, 19)

A partir de 1950, as mudanças e transformações sociais, econômicas e políticas continuam e refletem na educação, que sente esses reflexos de ideais liberais, e é marcada pela expansão e universalização do ensino. Este é o período das reformas educacionais, dando ênfase aos objetivos de garantia e uma educação de qualidade e acessível a todos. Percebe-se, que desse momento em diante, a educação brasileira até então elitista, e grande parte das pessoas não tinham acesso à educação, pois viviam e moravam na zona rural. O analfabetismo era a questão a ser resolvida. O governo brasileiro precisava resolver essa situação, aumentando a oferta do ensino fundamental inicial e expandir a educação pública.

Então, as décadas de 1960 a 1980, o Brasil experimentou o momento político conhecido como ditadura militar, com centralização do poder político, no governo federal. Experiência vivida em todo o território nacional. O mundo estava vivendo um pós-guerra mundial, ou seja, um contexto com performance que exigia readaptações e reinterpretações diante de novas realidades. Nesse âmbito, a educação, que representa para os indivíduos, uma possibilidade de ascensão, prestígio e movimento social, também experimentou novidades e dentre elas estão as reformas universitárias de 1968, com a expansão do ensino superior público e depois privado, conforme afirma Martins: “Parte-se do pressuposto de que a Reforma de 1968 visou fundamentalmente a modernização e expansão das instituições públicas, destacadamente das universidades federais”. (MARTINS, 2009 p, 2)

É importante considerar a reforma do ensino médio, em 1971, com a profissionalização do ensino médio. Em 1961, foi dado um passo muito importante na legislação brasileira, a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases-LDB, com a aprovação da Lei nº 4.024, que regulamentou as diretrizes e bases da educação nacional, com destaque no regramento no texto, do item I Art. 3º, que dizia: “O direito à educação é assegurado: pela obrigação do poder público e pela liberdade de iniciativa particular de ministrarem o ensino em todos os graus, na forma de lei em vigor”. (LEI nº 4.024, 1961)

“A partir dos anos 1970, a política ditatorial é alterada pelo processo de reabertura democrática, uma abertura “lenta, gradual e segura”. (KATAOKA e MARCASSA, 2021 p.5). Esse momento, no Brasil e em Goiás é identificado como período da redemocratização, ainda em fase inicial e marcado por novos desafios, enfrentamentos e oportunidades novas para todos os setores, inclusive o educacional.

Um fato marcante, o Estado brasileiro, por meio da Constituição Federal garante educação escolar básica e gratuita aos cidadãos em idade escolar e responsabiliza pais ou responsáveis, que por motivos injustificáveis não matriculam seus filhos nas escolas de educação básica, bem como, aqueles que matriculam seus filhos, porém, não acompanham a frequência e desempenho dos filhos e alunos, deixando essa responsabilidade apenas para a escola, ou seja, os agentes educacionais.

Assim, nesse viés acerca da educação escolar, a Constituição Federal do Brasil de 1988, legisla sobre a educação básica brasileira nestes termos:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; e

[...]

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

[...]

Art. 208.

I. educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria (CONSTITUIÇÃO FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988).

A Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, regulamenta sobre a educação nacional e determina as orientações de garantia de direitos, ofertas do ensino por meio da educação escolar.

Vale a pena destacar alguns apontamentos:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

[...]

VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII - valorização do profissional da educação escolar. (LEI nº 9.394, 1996)

A partir desse regramento institucional que rege a educação escolar nacional, são instituídos outros parâmetros ou referenciais legais. **O Plano Nacional de Educação, o Plano Estadual de Educação e o Plano Municipal de Educação**, que regulamentam as diretrizes, metas e estratégias a serem atingidas em períodos determinados de 10 anos, considerando a educação brasileira, no âmbito nacional, estadual e municipal.

Na dimensão nacional a educação escolar possui as metas e estratégias definidas no Plano Nacional de Educação-PNE, atualmente instituído pela Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014. Este Plano Nacional de Educação tem uma vigência de 10 anos, ou seja, o período de 2014 a 2024. Nesse mesmo viés, cada estado da federação e municípios jurisdicionados a estes estados, instituem o seu Plano Estadual de Educação-PEE e Plano Municipal de Educação PME respectivamente.

Assim, neste contexto, no estado de Goiás, por meio da Lei n.º 18.969, de 22 de julho de 2015, foi instituído o Plano Estadual de Educação de Goiás-PEE, em conformidade com o PNE supramencionado com vigência para um período de uma década, 2015 a 2025, que institui também outras disposições correlatas “Lei nº 18.969, de 22 de julho de 2015. Aprova o Plano Estadual de Educação, para o decênio 2015/2025 e dá outras providências” (CASA CIVIL, 2015).

Desse modo, em sintonia com Plano Nacional de Educação, o município de Goiânia/GO, instituiu e elaborou o Plano Municipal de Educação de Goiânia-PME, que é regulamentado pela Lei nº 9.606, de 24 de junho de 2015, com abrangência de 10 anos, ou seja, 2015 até 2025. Estabelecendo as diretrizes, metas e estratégias específicas, mais adequadas à realidade, conforme nota:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação (PME) do Município de Goiânia, com vigência por 10 (dez) anos, em atendimento ao disposto no art. 8º da Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014 e no art. 251, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, na forma do Anexo único desta Lei.

Art. 2º O Município, em articulação com a União, o Estado e a sociedade civil, procederá avaliações periódicas da implementação do Plano Municipal de Educação, objetivando garantir o cumprimento e a continuidade das ações e metas nele previstas (SUPERINTENDÊNCIA DA CASA CIVIL E ARTICULAÇÃO POLÍTICA, 2015).

Nessa perspectiva, identifica-se que a educação escolar é marcada em sua concepção histórica pela existência de diferentes práticas e atores que atuam e usufruem dos benefícios da educação escolar e, as políticas públicas de responsabilização governamental, repercutem no currículo e na vivência cotidiana dos sujeitos escolares. No estado de Goiás, a Lei Complementar nº 26, de 28 de dezembro de 1998, é um marco significativo para o direcionamento ou diretrizes da educação de Goiás e “Estabelece as diretrizes e bases do Sistema Educativo do Estado de Goiás”. (LEI nº 26,1998), que preconiza o seguinte:

Art. 1º A presente lei complementar disciplina a organização da educação escolar que se desenvolve no sistema educativo estadual, predominantemente através do ensino, devendo vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social. (LEI nº 26,1998).

A implementação dessa legislação, teve embasamento a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases-LDB, da educação nacional. Assim, o viés da educação nacional foi implementado e legislado pelo amparo legal da Lei Complementar nº 26, de 28 de dezembro de 1998, numa dimensão estadual, por meio da Secretaria de Estado da Educação de Goiás. O Decreto nº 4.368, de 28 de dezembro de 1994, aprova o regimento interno do Conselho Estadual de Educação de Goiás-CEE-GO. Este é um órgão “consultivo, normativo e deliberativo”, sobre as questões educacionais jurisdicionadas ao Estado de Goiás. É também um mediador das orientações referentes às políticas educacionais no Estado de Goiás e atua como um forte aliado e apoio à Secretaria de Estado da Educação.

Nesse interim, o Conselho Estadual de Educação tem a responsabilidade de assegurar que a educação em Goiás esteja em conformidade com as diretrizes e bases estabelecidas em nível nacional, além de implementar ações específicas para a realidade do Estado de Goiás. O Conselho Estadual de Educação-CEE-GO desempenha seu papel de órgão público, com atuação firme e de boa credibilidade e é entendido como fundamental na implementação, avaliação e monitoramento de políticas públicas educacionais do Estado de Goiás. O sistema educacional do Estado de Goiás, bem como, a rede estadual de ensino, tem se destacado no cenário nacional brasileiro, com resultados positivos referentes ao ensino fundamental e médio. Tendo em vista, que essa oferta, na modalidade de Ensino em Período Integral, a rede estadual de educação do Estado de Goiás, a partir da implementação dessa modalidade, pela Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023, que “Institui o Programa Escola em Tempo Integral”. E, assim temos:

Art. 1º Fica instituído o Programa Escola em Tempo Integral, no âmbito do Ministério da Educação, com a finalidade de fomentar a criação de matrículas na educação básica em tempo integral.

Art. 2º O Programa Escola em Tempo Integral compreenderá estratégias de assistência técnica e financeira para induzir a criação de matrículas na educação básica em tempo integral em todas as redes e sistemas de ensino, na forma desta Lei. (LEI nº 14.640, 2023)

O que tem se observado é que a educação integral em Goiás, teve boa aceitabilidade por boa parte dos estudantes e professores, graças à metodologia de operacionalização e incentivos financeiros dados aos servidores modulados nestas instituições de ensino e alunos matriculados que recebem incentivos e atendimento em tempo intensificado. Diferentemente, dos atendimentos feitos nas unidades escolares, que ofertam ensino e aprendizagem em tempo regular parcial. Na proposta e

implementação dos Centros de Ensino em Período Integral, contemplando essa modalidade de ensino os alunos passam maior parte do dia nessas unidades de ensino, com acesso às atividades escolares do currículo da Base Nacional Comum Curricular-BNCC e várias outras extracurriculares, com o objetivo da formação integral do indivíduo.

Esta proposta encontra-se com a intenção e perspectiva legal de democratização persistente, oportunizando ao aluno aprendiz condições e contato com ferramentas, projetos e grade curricular, que possam formar esse indivíduo de forma individual e coletiva para a vida, profissionalização no mercado de trabalho e no demais segmentos e espaços a serem ocupados, numa oferta de um período longo dentro da escola, e conseqüentemente com o ensino, a aprendizagem, as experiências e a vivência com os outros alunos e professores. Os esforços, investimentos em infraestrutura, recursos pedagógicos, tecnologia, formação de professores, gestão escolar, monitoramento e outras ferramentas importantes consolidaram nos resultados obtidos de forma satisfatória, que merece destaque no sistema de ensino em Goiás.

Nas últimas décadas, a história da educação em Goiás foi marcada por apontamentos que indicam melhoria ou avanços no fluxo escolar e de aprendizagem dos alunos matriculados na educação básica, por meio do Índice de Desenvolvimento de Educação Básica-IDEb, referência das avaliações, levando em consideração o Sistema de Avaliação da Educação Básica-SAEB. Conforme aponta o Plano Estadual de Educação de Goiás-PEE 2015/2025, por meio da Lei nº 18.969, de 22 de julho de 2015:

O PNE 2014/2024, na Meta 7, prevê o fomento da qualidade da educação básica, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, utilizando o IDEB como indicador. Goiás vem se despontando nas avaliações externas do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, por meio dos resultados da Prova Brasil, que é um dos indicadores para composição do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB. Conforme gráfico abaixo, Goiás vem se destacando no cenário nacional, nos anos iniciais do EF, com o IDEB de 2013 em 5,7%. Na rede estadual nos anos iniciais, em 2013, o IDEB chegou a 6,01. (CASA CIVIL, GOIÁS, 2015).

Apesar dos indicadores serem considerados bons, a educação em Goiás tem avanços significativos e melhorias, mas há muito a ser feito. Os desafios são latentes e faz necessário uma atenção à educação infantil com a ampliação na oferta de vagas, conforme dados do 3º Relatório de Monitoramento e Avaliação do Plano Estadual de Educação de Goiás 2015/2025.

Dados que sinalizam um alerta vermelho para o Estado de Goiás, indicando a urgência na retomada da cobertura para a população de 4 a 5 anos e, especialmente, garantir acesso à creche e pré-escola à população de 0 a 3 anos. (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE GOIÁS/PEE, 2024, p. 101).

Não pode perder de vista, outro dado relevante que é a formação específica de professores e atendimento das metas previstas no PEE 2015/2025.

[...] observa-se que o percentual de professores com formação adequada para a Educação Infantil no Estado de Goiás, em 2013, era de 50,4%, atingindo 71,4% em 2022. Seguindo a tendência de crescimento da série histórica, pode-se supor que o Estado não alcançará a meta proposta na vigência do Plano, visto que o objetivo é de 100%.

Esse dado revela que 28,6% dos docentes das escolas públicas de Goiás não possuem formação específica na área em que atuam na Educação Infantil, comprometendo, assim, a qualidade do atendimento ofertado à população de 0 a 3 anos e de 4 a 5 anos. (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE GOIÁS/PEE, 2024 p, 83 e 84)

No Ensino Fundamental os desafios residem na garantia de acesso, continuidade e finalização dessa etapa de estudos por estudantes em idade correta. Infelizmente há essa relevância ruim, no que tange à educação dos estudantes do Ensino Fundamental em Goiás e, infelizmente não é a realidade apenas do Estado de Goiás.

Na região Centro-Oeste, o Estado com pior cobertura no atendimento foi Mato Grosso com 93,9%, seguido do estado de Goiás com 95,4% e Distrito Federal com 95,7%. O melhor resultado ficou com o estado do Mato Grosso do Sul, alcançando 97,4%, com uma variação de 0.2 pp. Apesar de verificar na análise de tendência estimada um aumento em 2022, ainda assim requer grande esforço do Estado para que a meta venha a ser alcançada. (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE GOIÁS/PEE, 2024 p, 101)

O Ensino Médio, tem experimentado também avanços significativos, como já foi explicitado, mas não está pronto e todas as metas atingidas. Há algo a ser feito ainda e, avanços esperados.

Na região Centro-Oeste, o destaque é o Estado de Goiás – 78,4% –, seguido de Mato Grosso – 76,6% –, Distrito Federal – 76,3% – e, por último, Mato Grosso do Sul – 69,8%. Apesar disso, o Estado ainda se encontra longe do alcance da Meta 5, sendo necessário um grande esforço por parte do governo do Estado de Goiás para que essa meta seja alcançada. (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE GOIÁS/PEE, 2024 p, 102)

Desse modo, a história da educação em Goiás reflete o desenvolvimento do estado e as mudanças sociais e políticas do Brasil. A educação em Goiás experimentou diversas fases de expansão e transformação. Hoje, o estado se destaca por seus avanços na educação básica, muito embora ainda há caminhos a percorrer rumo a superação dos desafios importantes em termos de equidade e qualidade para todas as regiões do estado.

3.1 EDUCAÇÃO FORMAL

Entende-se a educação ou procedimentos escolares, aqueles, que se desenvolvem nos estabelecimentos de ensino ou escolas e carecem ser pensados, planejados a partir dos interesses e

necessidades sociais e de produção apresentadas pelas pessoas, comunidade e políticas públicas governamentais.

Aquele que procura a instituição escolar para nela se matricular, pertence, antes de ser um membro da escola, a um corpo social que inclui a família e a comunidade da qual se origina e da qual participa. A escola irá somar-se a esses organismos da sociedade para auxiliar o educando a construir a sua cidadania, isto é, a sua inserção na sociedade de forma madura e consciente. SAMPAIO, et all, p, 2)

A educação escolar que acontece nos espaços escolares, deve ser entendida como um grande conjunto de conceitos, procedimentos, finalidades ou metas, currículo e diagnósticos, que aliado a concepções e práticas bem fundamentadas e sistematizadas, geram o trabalho e educação escolar, destinada ao desenvolvimento de pessoas tão diversas, que estruturam a sociedade e são os indivíduos chamados alunos.

A Propósito educação escolar articula-se e desempenha as ações pedagógicas de modo a contribuir e ampliar conceitos, valores e crenças que os alunos possuem, considerando suas diferenças, valores, crenças e conhecimentos prévios, pautando na potencialização dessas capacidades individuais ou coletivas.

Educação escolar deve tratar as desigualdades humanas, a falta de saber articulado e escolar como ponto de partida, meio e fim das ações escolares, baseadas em políticas públicas de representatividade, interesses coletivos e individuais.

Construir o currículo com base nessa tensão não é tarefa fácil e irá certamente requerer do professor nova postura, novos saberes, novos objetivos, novos conteúdos, novas estratégias e novas formas de avaliação. Será necessário que o docente se disponha e se capacite a reformular o currículo e a prática docente com base nas perspectivas, necessidades e identidades de classes e grupos subalternizados (MOREIRA E CANDAU, 2003, p, 157).

Quando se refere à educação escolar, faz-se necessário um entendimento consolidado a partir de uma organização com início, meio e fim, objetivando uma sistematização de ações, que se desenvolvem com os atores protagonistas, educador e aprendiz e, se complementa numa configuração estruturante, que sustenta os propósitos sobre o que e como fazer, vislumbrando o fim ou os resultados esperados e para o qual as metas e o ofício esteve todo intentado.

Em suma, todo sentido da educação escolar é um conjunto de ações que envolve indivíduos, intenções, políticas pessoais, públicas, espaço, tempo e um invólucro que abarca toda essa ação e significados de um povo, comunidade e suas circunstâncias.

Nesse viés, considera-se uma série de padrões fixados ou replanejados com as determinações específicas de uma realidade para outra, tendo como parâmetros o movimento das relações

econômicas, sociais, geográficas, que ditam ou se alinham às políticas de governo, mercado e muito pouco ou minimamente às vontades primárias e subjetivas do ser humano aprendiz, social, profissional, competitivo e produtor de algo que seja útil a ele mesmo ou uma comunidade, que faz ele parte ou até mesmo o simples descarte, caso não consiga garantir um espaço que lhe possibilite as mínimas condições de estar ou ser, favorecido pela educação escolar.

Essa educação escolar sistematizada acontece normalmente e culturalmente nas salas de aulas das escolas ou instituições escolares. Espaço entendido como um local de enriquecimento da convivência humana, pois se encontram nestes espaços realidades diversas, com finalidade organizacional, de conhecimentos e saberes cheios de histórias.

Além disso, a sala de aula deve ser um espaço de encontros humanos, com características de boas vivências, mas também de conflitos de ideias. Enfim, o lugar formal de transmissão do conhecimento e dos saberes escolares, com abordagens variadas.

Na interação professor-alunos, supõe-se que o primeiro ajude inicialmente os segundos na tarefa de aprender, porque essa ajuda logo lhes possibilitará pensar com autonomia. Para aprender, o aluno precisa ter ao seu lado alguém que o perceba nos diferentes momentos da situação de aprendizagem e que lhe responda de forma a ajudá-lo a evoluir no processo, alcançando um nível mais elevado de conhecimento. Por meio da interação que se estabelece entre eles e esse parceiro mais experiente e sensível – o professor ou um colega – o aluno vai construindo novos conhecimentos, habilidades e significações (DAVIS e OLIVEIRA, 1994, p. 89).

As vivências a partir das práticas em sala de aula, observa-se quanto é importante e valioso para os alunos, as ações pedagógicas juntadas a partir da teoria e prática, viabilizando desenvolvimento e aprendizagem nos alunos. Libâneo destaca:

Os professores precisam dominar, com segurança, esses meios auxiliares de ensino, conhecendo-os e aprendendo a utilizá-los. O momento didático mais adequado de utilizá-los vai depender do trabalho docente prático, no qual se adquira o efeito traquejo na manipulação do material didático (LIBÂNEO, 1994, p. 173).

A educação formal, ocorre costumeiramente nos estabelecimentos ou prédios escolares, denominadas escolas ou instituição escolas, mas pode acontecer em diferentes espaços físicos, como igreja, associações e outros, criando vínculos afetivos, sociais e pedagógicas, envolvendo pessoas como os profissionais escolares, os alunos e suas famílias, formando assim um sistema complexo de experiências, relações e atividades, com fim específico, o de preparar pessoas para a vida, no campo pessoal e encaminhamentos profissionais, assim, também entende Juarez Tarcisio Dayrell.

Podemos dizer que a escola se constitui de um conjunto de tempos e espaços ritualizados. Em cada situação, há uma dimensão simbólica, que se expressa nos gestos e posturas acompanhados de sentimentos. Cada um dos seus rituais possui uma dimensão pedagógica, na maioria das vezes implícita, independente da intencionalidade ou dos objetivos explícitos da escola (DAYRELL, p. 16)

Em concordância, Renato Gil Gomes Carvalho, Diretor Regional de Educação da Madeira, Portugal:

A educação é hoje unanimemente considerada um dos principais veículos de socialização e de promoção do desenvolvimento individual. Inserindo-se num contexto histórico, social e cultural mais amplo, os sistemas educativos acabam por ilustrar os valores que orientam a sociedade e que esta quer transmitir. (CARVALHO, p. 1)

Isso é educação em sua essência.

3.2 EDUCAÇÃO OU APRENDIZAGEM INFORMAL

E aí, qual a terminologia correta para melhor definir essa modalidade de educação? Educação informal ou Educação não formal? Aqui, o texto irá se ater à terminologia educação informal. Já que educação não formal é uma terminologia mais usada no contexto nacional e possui características bem próxima da educação informal. A educação não formal é aquela que se encontra, entre os parâmetros da educação formal e os da educação informal, ou seja, é a educação segmentada ou setorizada, com finalidades, público-alvo e especificidades próprias. Exemplo: educação ofertada nas igrejas, museus, Ongs, sindicatos e outros segmentos. Ela é direcionada a grupos ou subgrupos específicos.

Há duas principais terminologias utilizadas: uma que dicotomiza educação formal e informal e outra que divide o espectro em três grupos (formal, não formal e informal). É também perceptível que a tríade é preferencialmente adotada na literatura nacional, enquanto que na literatura internacional, apesar de haver mais diversidade, usa-se principalmente a dupla formal-informal (MARQUES e FREITAS, 2016, p, 7)

Gohn assim define:

Quando tratamos da educação não-formal, a comparação com a educação formal é quase que automática. O termo não-formal também é usado por alguns investigadores como sinônimo de informal. Consideramos que é necessário distinguir e demarcar as diferenças entre estes conceitos. A princípio podemos demarcar seus campos de desenvolvimento: a educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização - na família, bairro, clube, amigos etc., carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados; e a educação não-formal é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianas. (GOHN, 2006, p, 2)

Diante de análises literárias representativas sobre esse tema, como referencial teórico, constata-se, que alguns entendem a melhor definição, deve partir de critérios ou características, que podem ser associadas aos procedimentos, metodologia ou tipo de ensino ministrado ou apreendido e ainda, o planejamento. Assim, temos o “metodológico > não escolar e o estrutural > educação orientada para o

não recebimento de títulos acadêmicos” (CAZELLI; COSTA, MAHOMED, 2010 apud MARQUES e FREITAS, 2016 p. 4). Ou ainda quanto “a organização da aprendizagem > accidental, casual” (Sefton-Green (2004, apud MARQUES e FREITAS, 2016, p, 4)

Mediante o efetivo local ou espaço de acontecimentos educacionais ou realizações pode ser entendido como “localização > espaço não escolar” (MARQUES e FREITAS, 2016 p, 4)

Ainda, uma breve interpretação dada pela ONU “Aprendizagem ao longo da vida” (ONU para Educação, Ciência e Cultura, 1972 apud MARQUES e FREITAS, 2016, p. 3).

São apontamentos denominativos simples e de fácil compreensão. Foram trazidos para exemplificarem e demonstrarem um entendimento simplificado da terminologia.

Para chegar à definição dessa terminologia e, depois explicitar sobre a essa temática, faz-se necessário entender o contexto que sustenta o processo ensino aprendizagem dessa modalidade educacional, a informal, inclusive trazendo à tona as dimensões básicas como: processo, conteúdo, organização e objetivo.

Assim, é interessante ater-se a algumas questões sobre esse assunto e, de início indaga-se: como se dá o processo da educação informal? Ao responder esse questionamento, pode-se dizer que acontece diferente da educação formal, onde a relação professor aluno se dá com definições de papéis. O professor é o agente principal e direcionador do processo de aprendizagem. É o responsável, a autoridade, que planeja, executa e avalia o aluno, que fica a mercê dos rigores ou intensões pré-estabelecidas. Professor e aluno se conectam, porém nessa dimensão ou proposta.

Na educação informal, o processo se dá com o aluno sendo a figura ou condutor central do processo. Este planeja, envolve e realiza o percurso da aprendizagem, que ocorre até sem o professor. “[...] a educação informal, centrada no aluno ou no aprendiz. É ele quem conduz e faz o seu percurso. Na maioria dos casos, não há professor envolvido (COLLEY; HODKINSON; MALCOM, 2002, p. 16 apud MARQUES e FREITAS, 2016 p, 10).

Uma questão considerável na educação informal é o processo de avaliação daquilo que o aluno aprendeu. Diferentemente da educação formal, que a avaliação é instrumento indispensável, na configuração ensino aprendizagem, inclusive com pontuações para todo o sistema envolvido.

O aluno ou aprendiz informal não tem um roteiro avaliativo, porém a avaliação acontece, quando esse aprendiz apresenta condições satisfatória de domínio sobre o estudo, treinamento ou experiência com expertise ou competência.

A aprendizagem formal e estruturada, segue planejamento que envolve professor e aluno e nesse âmbito a aprendizagem dos alunos, que se encontra num meio ou ambiente coletivo, ela se efetiva de forma individual pelo aluno. Na educação informal o aluno também necessita essencialmente do

meio coletivo ou social para aprender novos saberes, pois a aprendizagem se dá com o outro, mas também de forma individual.

Aprendemos no seio da família, no trabalho e em todos os aspectos da nossa vida com as pessoas que nos são próximas. Ainda assim, apesar de não ser referido por ninguém, pensamos poder acrescentar que esta aprendizagem pode ser também individual, quando lemos um livro, navegamos na internet ou assistimos a um documentário na televisão (MARQUES e FREITAS, 2016, p. 11).

Na maioria das vezes sem mediador explícito.

Os participantes não são agentes diretos, simplesmente, fazem parte do processo. O mediador principal é o próprio aprendiz. Diferentemente da educação formal, que tem na pessoa do professor, o mediador ou articulador principal, do ensino e aprendizagem.

Verifica-se que na educação formal, a aprendizagem dos alunos é considerada visível, explícita e tipicamente escolar, mas com buscas para se efetivar lincada com os aspectos da vida cotidiana e contextualizada. Já, na educação informal os entendimentos, são de aprendizagem dos aprendizes menos visível ou oculta, pois acontece sem finalidade educacional concreta, porém vinculada ao contexto diário dos aprendizes. Os próprios aprendizes apresentam dificuldades para esses apontamentos, conforme União Europeia, “Já a aprendizagem informal, é muitas vezes tácita e até “pode não ser reconhecida, mesmo pelos próprios indivíduos, como enriquecimento dos seus conhecimentos e aptidões” (UNIÃO EUROPEIA, 2000, p. 9 apud MARQUES e FREITAS, 2016, p.12).

A motivação e entusiasmo dos aprendizes é notado como um grande articulador da educação informal, quando bem gerenciados e estipulados, rendem bons resultados.

Pensar sobre ensino e aprendizagem, que chega ao conhecimento ou saber, será que o conhecimento pode ser adquirido por meio do ensino ou também pode ser produzido? Na educação informal, esse princípio é corriqueiro, ou seja, acontece a partir das vivências práticas e testado empiricamente. Parte do senso comum e se acrescenta ou incorpora de saberes tradicionais do passado e presente de um povo, família e comunidade.

Não é estruturado e sistematizado de forma hierárquica. Segue a lógica do princípio indução, reflexão e ação, a partir de vivências ou experimentos praticados anteriormente.

Por esse motivo, o mercado de trabalho formal, em sintonia com a exigências trabalhistas e competitividade, apresenta resistência e, usa como critérios de exclusão ou eliminação de mão de obra, considerada não qualificada, devido a inexistência de títulos, como certificado e diplomação, ou seja, comprovante de escolaridade.

Já se sabe que a educação formal acontece em salas de aula de instituição estabelecida para esse fim, como escola, institutos, centros formativos, universidades criadas para essa finalidade. A educação informal acontece sem espaço pré-definido, mas se dá na família, na oficina, na rua, nas atividades diárias de lazer, socialização e em todo lugar, sem uma estruturação definida. Ocorre de forma espontânea.

A educação forma “[...] é controlada temporalmente com os calendários letivos, os horários das aulas e outras atividades etc” (COLLEY; HODKINSON; MALCOM, 2002 apud MARQUES e FREITAS, 2016, p, 15). E a temporalidade ou duração da educação informal, é possível medir ou estabelecer cronogramas, horários e período? Não, se dá continuamente. “Bem diferente das outras tipologias, a informal é um processo permanente, não organizado e que ocorre a todo o momento, na vivência do dia a dia” (CAZELLI; COSTA; MAHOMED, 2010 apud MARQUES e FREITAS, 2016, p,15).

Os aprendizes vinculados à educação informal são heterogêneos no nível de interesses e idade cronológica, não formando turmas ou seriação de estudo. De forma geral são todos os grupos de pessoas oprimidas ou não e que assimilaram conhecimentos fora das instituições escolares.

Os propósitos ou objetivos da educação informal não devem ser considerados estanques e sim, conforme a motivação, o interesse e a necessidade do indivíduo aprendiz.

“Na educação formal, os objetivos de aprendizagem estão bem definidos e especificados, nomeadamente por meio de diretrizes parâmetros curriculares e outras educacionais” (GADOTTI, 2005 apud MARQUES e FREITAS, 2016 p. 17). Já, em atenção à educação informal, os objetivos de aquisição do conhecimento ou aprendizagem não são delineados previamente e, sim como já mencionado anteriormente.

Os resultados da modalidade educação informal, são positivos e apontados como atendidos, conforme Wellington [...] “o fato de existirem muitos resultados inesperado e, portanto, ser difícil medir e avaliar esses resultados, é uma característica intrínseca da aprendizagem informal (WELLINGTON, 1990 apud MARQUES e FREITAS, 2016, p. 18).

Desse modo, atrevo dizer que educação é fundamental ao ser humano, pois é uma oportunidade sem igual para mudar histórias de vida humana.

4 EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

E agora o que dizer?

A partir de todo esse contexto aqui apresentado sobre educação, julga-se relevante trazer alguns apontamentos sobre a ideia de responsabilização que a educação possui quanto ao processo de

desenvolvimento humano, econômico, social e de espaço, consequentemente, regional. A educação, ao cumprir seus objetivos, enquanto preparadora dos indivíduos para que sigam suas trajetórias ou jornadas de forma autônoma ou independente, na família, mercado de trabalho e no ir vir, precisa dar conta de seres humanos mais humanizados, sociais, funcionais e de preferência, em todos os quesitos e âmbitos da vida individual e coletiva, consolidando direitos e deveres, contemplados na legislação, visando atingir os princípios da cidadania.

Assim, é interessante tecer uma breve abordagem sobre desenvolvimento no Brasil, tomando por base as referências ou *ranking* do Índice de Desenvolvimento Humano-IDH a partir de 2020, não é observado grandes avanços e, segundo a agênciaBrasil, 2024:

Por outro lado, o Brasil caiu duas posições no *ranking* global da organização da ONU, passando da 87ª para a 89ª posição, entre 193 nações. Em 2020, o Brasil estava na 84ª colocação, com 0,758 de IDH. Com isso, o país ainda não retomou ao índice de 2019, antes da pandemia de covid-19, quando estava com o IDH em 0,764.

O IDH compara indicadores como riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros, com o intuito de avaliar o bem-estar de uma população. Ele varia de 0 a 1 e é divulgado pelo Pnud em seu relatório anual. Quanto mais próximo de 1, maior é desenvolvimento humano do país.

Entre 1990 e 2022, o IDH do Brasil cresceu 22,6%, registrando quedas apenas nos anos de 2015, 2020 e 2021. Os dados do Pnud ainda mostraram que, desde a pandemia, vem **crecendo a distância entre IDHs** de países ricos e pobres, revertendo a tendência de aproximação desses índices que vinha sendo observada desde 1990. (AGÊNCIABRASIL, 2024)

Sim, em 2022, o Brasil perdeu posições de desenvolvimento humano, frente aos demais países. É o que afirma a agência Brasil, 2024: “País ficou em 89º lugar, entre 193 nações”.

Diante desse fato, entende-se ser necessário a implementação de políticas públicas e investimentos urgentes em educação, com a criação de escolas que ofertam ensino formativo, qualitativo e quantitativo, inclusive com professores bem qualificados e bem remunerados, em todos os espaços e regiões possíveis. Tanto aquelas próximas às metrópoles, quanto às mais distantes, com a finalidade principal: reduzir as taxas do analfabetismo, que ainda são altas, como já mencionado neste documento e, preparar as pessoas para serem capacitadas, ativas e no mercado de produção, remunerado e com garantias de direitos e deveres, fortalecendo a economia formal e atuantes em suas próprias rotinas, sem prejuízos sociais, financeiros, de moradia e com qualidade e quantidade de vida, aumentando assim, a expectativa de longevidade dos brasileiros.

Essa condição fortalece as pessoas, o Estado, o município e suas regiões ou setores.

Quando responsabilizamos a educação, para dar conta dessas metas e tarefas supramencionadas, é preciso responsabilizar governos nacional, estadual e municipal pela culpa ou das propostas que dão certo, mas também por aquilo que não dá certo.

Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento. (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2015)

É preciso investir em educação, tanto nas ferramentas e recursos mediadores, quanto nos professores e alunos operantes. Instrumentos avaliativos ou medidores, sozinhos, não conseguem sustentar essa potência, a educação institucionalizada.

Os Objetivos Sustentáveis de Desenvolvimento-ODS, para o Brasil, mediante a Agenda 2030, aponta a seguinte informação, na meta 1, nestes termos:

“Erradicação da pobreza Erradicar a pobreza em todas as formas e em todos os lugares.”
observa-se ainda:

1.b Criar marcos políticos sólidos em níveis nacional, regional e internacional, com base em estratégias de desenvolvimento a favor dos pobres e sensíveis a gênero, para apoiar investimentos acelerados nas ações de erradicação da pobreza. (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2015)

Educação está intimamente conectada ao desenvolvimento regional, bem como, este é fortalecido pelo processo educacional desenvolvido em uma região. Exemplo: percebe-se que uma região está amplamente ocupada ou povoada, logo ali, carece de escolas para atender todas as etapas do ensino e aprendizagem, unidade básica ou avançada de saúde, comércio forte e variado, infraestrutura necessária. Infelizmente, algumas disparidades existem e são percebidas nesse contexto e ainda em diferentes situações permanecem por longos períodos contra a vontade popular, porém na dependência de políticas públicas inoperantes.

Dessa forma, educação e desenvolvimento regional precisam ser parceiros e íntimos. Essa condição é a esperada pelas pessoas que ocupam um determinado lugar ou região escolhida para viver.

Por fim, conclui-se que esse estudo analítico, inclusive muito interessante, resultou numa abordagem fundamental sobre educação e algumas vertentes. Abarcou os pressupostos da historização e definições de terminologias, no âmbito educacional.

Foi imprescindível considerar a educação brasileira e goiana nesta análise. Apontar como se deu a educação brasileira e goiana, a partir da década de 1930 e contribuir com essa informação específica, tão necessária, relevante e benéfica para os envolvidos nessa temática.

A escolarização fruto da educação escolar ou formal e organizada, que se efetua a partir de um sistema com princípios ou critérios rigorosos, acontece nos espaços escolares e deve ser compreendida como uma ferramenta social, com fins específicos, para atender os interesses de um povo ou uma

sociedade, que se valem da educação para alcançar índices, valores e diagnósticos atrelados a metas sociais, políticas e econômicas.

O estudante, sujeito envolvido nesse processo é beneficiado, porém o objetivo principal nem sempre é ele mesmo.

Diferentemente, a educação informal, é bastante elementar e sem parâmetros estruturados, acontece em qualquer lugar, não possui valor expressivo ou relevante para o mercado de trabalho formal, devido os critérios de não titulação e comprovação escolar, considerável para provar mão de obra qualificada, mas o aprendiz é o sujeito com melhor apontamento de benefício. Sendo ele o mentor, organizador do seu tempo é o centro do processo educacional de ensino e aprendizagem.

Tão considerável nesse contexto e entrosado com as abordagens educacionais, o Desenvolvimento regional ocupa grande importância nessa análise e estudo sobre a ação e educação e o desenvolvimento ou progresso de um povo.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. IDH do Brasil sobe em 2022, mas país cai 2 posições em ranking da ONU. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-03/idh-do-brasil-sobe-em-2022-mas-pais-cai-2-posicoes-em-ranking-da-onu#:~:text=Direitos%20Humanos,IDH%20do%20Brasil%20sobe%20em%202022%2C%20mas%20pa%C3%ADs%20cai,posi%C3%A7%C3%B5es%20em%20ranking%20da%20ONU&text=O%20%C3%8Dndice%20de%20Desenvolvimento%20Humano,vinha%20sendo%20observada%20desde%201990>. Acessado em: 21 de fevereiro de 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. Indicadores. 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html?localidade=BR> Acessado em: 29 de setembro de 2024.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Disponível em: [1969/lei4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html](https://www.camara.gov.br/legislacao/leis/4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html) Portal da Câmara dos Deputados Acessado em: 10 de outubro de 2024.

CARVALHO, Renato Gil Gomes. Cultura global e contextos locais: a escola como instituição possuidora de cultura própria. Revista Iberoamericana de Educación Disponível em: <https://rieoei.org/RIE/article/view/2588/3574> Acessado em 29 de setembro de 2024.

CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos. Evangelização, catequese e educação no Brasil: Uma perspectiva histórica. 2009. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/quaestio/article/view/86/86> Acessado em 1º de novembro de 2024.

DAYRELL, Juarez Tarcisio. A escola como espaço sócio-cultural. Disponível em: <https://ensinosociologia.milharal.org/files/2010/09/Dayrell-1996Escola-esp%C3%A7o-socio-cultural.pdf> Acessado em: 29 de setembro de 2024.

DAVIS, Cláudia e OLIVEIRA, Zilma de. Psicologia na Educação. Editora Cortez, 2ª edição. São Paulo, 1994.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/s5xg9Zy7sWHxV5H54GYydfQ/?format=pdf&lang=pt> Acessado em 19 de dezembro de 2024.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, Gabinete Civil da Governadoria. Lei Complementar nº 26, de 28 de dezembro de 1998. Estabelece as diretrizes e bases do Sistema Educativo do Estado de Goiás. 1998. Disponível em: <https://goias.gov.br/educacao/wp-content/uploads/sites/40/2024/04/Lei-Complementar%C2%B0-026--1998-1.pdf> Acessado em 5 de outubro de 2024.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, Secretaria de Estado da Educação. Plano Estadual de Educação. 2015. Disponível em: [Disponível em: https://goias.gov.br/educacao/plano-estadual-de-educacao/](https://goias.gov.br/educacao/plano-estadual-de-educacao/) e <https://goias.gov.br/educacao/wp-content/uploads/sites/40/files/PlanoEstadualdeEducacao/Relatorio/3RelatoriodeMonitoramentoeAvaliacaodoPlanoEstadualdeEducacaodeGoias%202015.2025%20--.pdf> Acessado em 28 de setembro de 2024.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, Secretaria de Estado da Casa Civil. Lei nº 18.969, de 22 de julho de 2015. Disponível em: <https://goias.gov.br/educacao/wp-content/uploads/sites/40/files/PLANO-ESTADUAL-DEEDUCACAO-PEE-2015-2025-1.pdf> Acessado em: 28 de setembro de 2024.

KATAOKA, Emyly Kathyury e MARCASSA, Luciana Pedrosa. O Ideário democrático e popular e a luta pela democratização da educação: Controvérsias teorias, estratégias e táticas. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/tV7nhwk6n65y6KGYVzkGQsd/?format=pdf&lang=pt> Acessado em: 1º de novembro de 2024.

LIBÂNEO, José Carlos. A Didática. Cortez Editora. 2ª edição. São Paulo, 1994. Disponível em: Didática - J. C. Libâneo.pdf - Google Drive Acessado em 18 de dezembro de 2024.

MARQUES, Joana Brás Varanda e FREITAS, Denise de. Fatores de caracterização da educação não formal: uma revisão da literatura. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/7cP6CL6pZdZm6fRT3Yvj4Km/?format=pdf&lang=pt> Acessado em: 2 de novembro de 2024.

MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/RKsKcwfYc6QVFBHy4nvJzHt/?format=pdf&lang=pt> Acessado em 30 de outubro de 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. História do Ministério da Educação. 1999. Gov.br Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/acesso-ainformacao/institucional/historia/1990-1999> Acessado em: 29 de outubro de 2024.

MONTALVÃO, Sérgio de Sousa. Gustavo Capanema e o ensino secundário no Brasil: A invenção de um legado. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/heduc/a/Y9mMQd66DF8Gdr8NpwRbBhB/?format=pdf&lang=pt> Acessado em 29 de outubro de 2024.

MOREIRA, Flávio Barbosa e CANDAU, Vera Maria. Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos. Universidade Católica de Petrópolis, Mestrado em Educação e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação. 2003. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n23/n23a12.pdf> Acessado em: 25 de setembro de 2024.

NEPOMUCENO, Maria de Araújo e GUIMARÃES, Maria Teresa Canesin. Políticas públicas de interiorização da educação em Goiás nas décadas de 1930 e 1940. 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5761/576161076005.pdf> Acessado em: 2 de novembro de 2024.

PACTO GLOBAL. Rede Brasil. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil. Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/ods-e-agenda-2030/> e <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/1> Acessado em: 22 de fevereiro de 2025.

PORTO, Camila Castello Branco de Almeida. A educação da classe trabalhadora: de Marx a Saviani. Revista Contemporânea de Educação. 2015. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/2222/2292> Acessado em 1º de novembro de 2024.

POZZER, Márcio Rogério Olivato e NEUHOLD, Roberta dos Reis. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia como vetores de desenvolvimento regional. 2022. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/4646/9325> Acessado em: 1º de novembro de 2024.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Casa Civil Subchefia para assuntos Jurídicos. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acessado em: 25 de setembro de 2024.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Casa Civil Subchefia para assuntos Jurídicos. Lei nº 9.394. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acessado em: 27 de setembro de 2024.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Casa Civil Subchefia para assuntos Jurídicos. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação-PNE e dá outras providências. Disponível em: <https://goias.gov.br/educacao/wpcontent/uploads/sites/40/2024/04/Plano-Nacional-de-Educacao-LEi-no-13.005-2014-1-1.pdf> Acessado em 5 de outubro de 2024.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos. Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/Lei/L14640.htm Acessado em: 11 de fevereiro de 2023.

PREFEITURA DE GOIÂNIA, Superintendência da Casa Civil e Articulação Política. Lei nº 9.606, de 24 de junho de 2015. Disponível em https://www.goiania.go.gov.br/html/gabinete_civil/sileg/dados/legis/2015/lo_20150624_000009606.html Acessado em: 28 de setembro de 2024.

SAMPAIO, et al. Do conceito de educação à educação no Neoliberalismo. Curitiba: Revista Diálogo Educacional, v. 3, n.7, p. 165-178, set./dez. 2002. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/4921/4885> Acessado em 9 de setembro de 2024.

SILVA, João Carlos da. O tema da escola pública no manifesto dos pioneiros da Educação Nova. 2011. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/repub/v20n44/v20n44a08.pdf> Acessado em 29 de outubro de 2024.

TEIXEIRA, Anísio. Pequena Introdução à Filosofia da Educação. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1975.